

## 25 ANOS DO REAL

# MOEDA ESTÁVEL PERMITE AVANÇO SOCIAL

## POBREZA CAIU, MAS PAÍS CRESCER POUCO

CÁSSIA ALMEIDA E RENNAN SETTI  
economia@oglobo.com.br

Em junho de 1994, quando a população brasileira somava 156 milhões e a expectativa de vida era 68 anos, a inflação corroía os salários diariamente. O Índice

de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, acumulava alta de 4.922,60% em 12 meses. No mês seguinte, entrava em cena o real, após cinco meses com o país convivendo com o cruzeiro real e a Unidade Real de Valor (URV), que variava diariamente conforme a inflação. A URV seria trans-

formada na nova moeda e, a partir de 1º de julho, só o real passou a circular.

Vinte e cinco anos depois, o IPCA acumula alta de 3,84%. A estabilização dos preços permitiu que o Brasil avançasse socialmente nesse período. A pobreza teve uma queda imediata, porque os mais pobres

não tinham como se proteger da corrosão inflacionária, enquanto a classe média e os mais ricos aplicavam em contas remuneradas. A estabilização de consolidada no governo Fernando Henrique Cardoso deu base para as políticas sociais aprofundadas na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, que

reduziram a desigualdade.

Mais recentemente, a inflação controlada permitiu a queda dos juros. A taxa básica, a Selic, chegou a 45% ao ano em 1999. Hoje, está em 6,5% e deve recuar a 5,75% até o fim do ano, se as projeções de analistas estiverem certas, ampliando crédito na economia.

O crescimento, porém, decepcionou. Apesar de a economia ter dobrado de tamanho em 25 anos, não foi suficiente para o país se colocar entre as maiores expansões globais.

cambiais. Mas uma sucessão de crises em países emergentes no fim da década de 1990 tornou o modelo inviável e, em janeiro de 1999, logo após o então presidente Fernando Henrique tomar posse para o seu segundo mandato, o país abandonou o sistema e liberou a taxa de câmbio. Para manter os preços sob controle, foi adotado então o regime de metas de inflação, em vigor até hoje.

Outro momento de crise aguda foi em 2002, com a campanha eleitoral e a disparada do então candidato Lula nas intenções de voto. O dólar deu um salto, e o Brasil precisou recorrer ao FMI. A inflação atingiu 12,53%, voltando a dois dígitos pela primeira vez desde a criação do real. Choque de juros e ajuste fiscal no primeiro ano do governo Lula desaceleraram a inflação. E o IPCA caiu a 9,30% em 2003.

## PERCALÇOS NO CAMINHO

A estabilização veio para ficar, mas houve sustos no caminho. Em 1999, o plano deu uma guinada. A âncora cambial, usada até então, precisou ser abandonada. Nos primeiros anos do Plano Real, o câmbio era controlado no país, e o dólar oscilava dentro de bandas

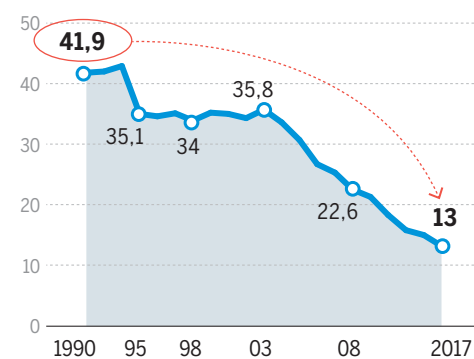
## NOVO PARADIGMA

A criação do real, em julho de 1994, encerrou a era da hiperinflação...

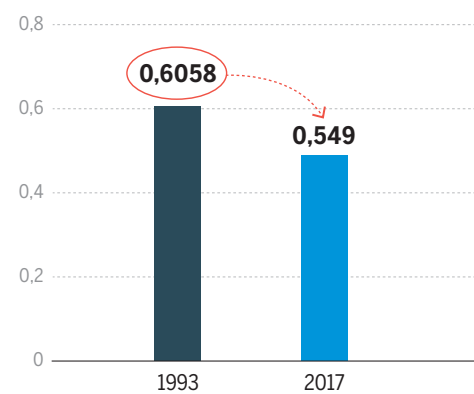


## REDUÇÃO DA POBREZA

PROPORÇÃO DE POBRES NA POPULAÇÃO (%)

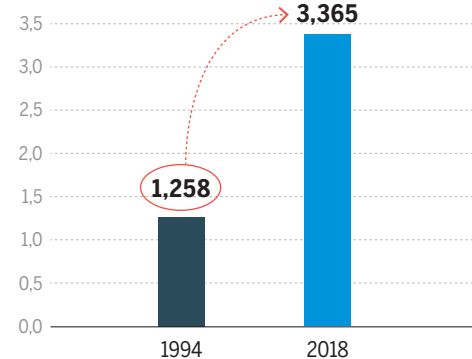


ÍNDICE DE GINI (QUANTO MAIS PRÓXIMO DE 1, MAIS DESIGUAL)

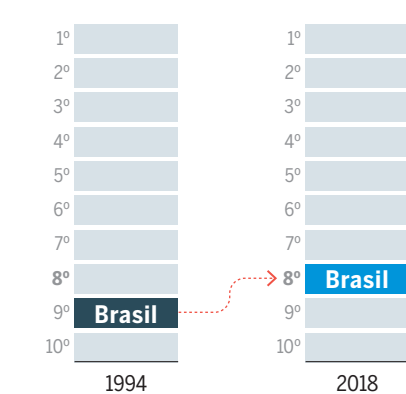


## AVANÇO DO PIB

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) (EM US\$ TRILHÕES)

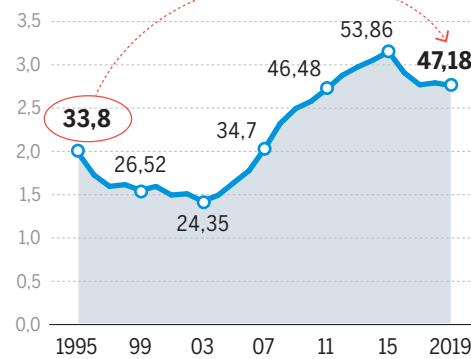


POSIÇÃO NO RANKING MUNDIAL (MAIORES ECONOMIAS)

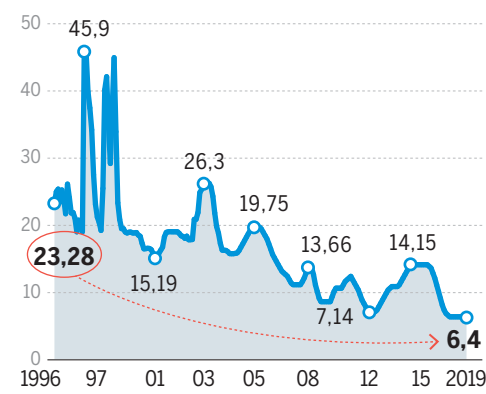


## EXPANSÃO DO CRÉDITO

SALDO DE CRÉDITO COMO % DO PIB (%)

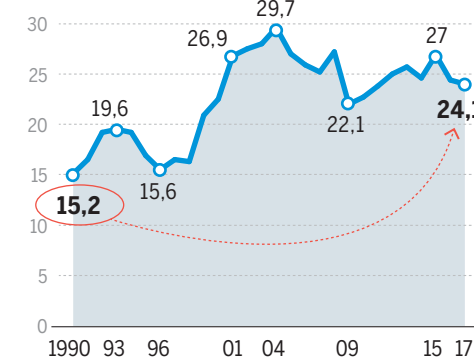


TAXA DE JUROS

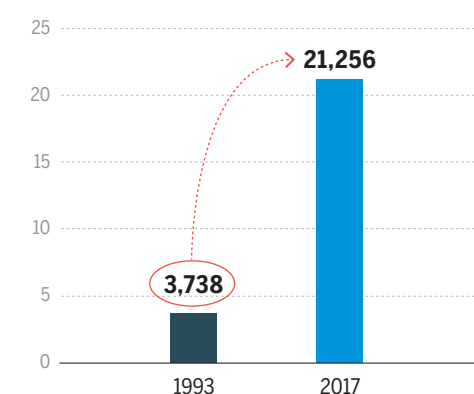


## CONTAS EXTERNAS

INDICADOR DE ABERTURA COMERCIAL COMÉRCIO COMO % DO PIB



EXPORTAÇÕES (EM US\$ BILHÕES)



Fonte: Ipea, IBGE, BC, Banco Mundial

Um dos efeitos mais imediatos do Plano Real foi a redução da pobreza. Ao diminuir o poder de compra em ritmo diário, a hiperinflação era mais perversa com os mais pobres, que não tinham acesso a instrumentos financeiros que preservavam o valor da moeda.

A parcela de pobres no país caiu de 43%, em 1993, para 35,1%, em 1995. A tendência se manteve nos anos seguintes, ajudada por programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Em 2017, ficou em 13%.

A desigualdade também diminuiu. O Índice de Gini, que mede a concentração de renda, caiu de 0,606, em 1993, para 0,599, dois anos depois. Quanto mais perto de 1, maior a desigualdade. Em 2017, estava em 0,549.

Estabilizada, a economia brasileira conseguiu, enfim, crescer — embora não tenha escapado de crises severas nas décadas que sucederam o Plano Real.

Em 1994, o Produto Interno Bruto (PIB) somou US\$ 1,258 trilhão (em paridade de poder de compra), segundo Alex Agostini, da Austin Rating. Quase duas décadas e meia depois, em 2018, a economia havia mais que dobrado, para US\$ 3,365 trilhões.

A expansão do PIB, no entanto, não foi suficiente para que o Brasil avançasse muitas posições no ranking mundial de crescimento. Em 1994, o Brasil estava na 9ª posição; em 2018, figurava na 8ª — depois de ter caído da 6ª colocação que havia alcançado antes da última recessão.

Apesar da estabilização, o Plano Real exigiu anos de juros elevados e não permitiu que o crédito ganhasse relevância na economia. Isso só começou a acontecer uma década após a introdução da nova moeda, acompanhando o ciclo de crescimento econômico dos anos 2000. Mesmo assim, a participação do crédito no PIB brasileiro é considerada baixa para padrões internacionais.

Em 1995, o crédito representava 33,8% da economia. O nível recuaria nos anos seguintes, até atingir patamar próximo a 24% em 2003. Só em 2015 ele superaria 50%. Em países desenvolvidos e mesmo emergentes, como China e África do Sul, ele vai além dos 150%.

A expectativa é que a tecnologia possa ajudar a incrementar o acesso e a expansão do crédito.

Refém de crises cambiais e externas ao longo de sua História, o Brasil reduziu sua vulnerabilidade a elas com o real. Mesmo que não tenha se blindado inteiramente — como na crise da Rússia, que nos obrigou a maxidesvalorizar a moeda —, o país foi capaz de enxugar seu déficit externo de 2,43% do PIB, em 1995, para 0,78%, no ano passado.

A melhora nas contas externas permitiu que as exportações se consolidassem como importante fonte de crescimento. Nesses 25 anos desde o lançamento do real, elas explodiram. Em 1994, somavam US\$ 3,74 bilhões. No ano passado, o país teve quase sete vezes aquele volume, ou US\$ 21,256 bilhões.